

# *Representação e Narrativa: usos e abusos.*<sup>1</sup>

FLORISVALDO PAULO RIBEIRO JÚNIOR.<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os historiadores, de um modo geral, têm recusado com certa insistência o rótulo com o qual filósofos e cientistas sociais tentam dirimir a importância do trabalho historiográfico e do conhecimento que ele produz. Na visão destes especialistas, nós seríamos pouco afeitos à reflexão teórica e à explicitação dos seus métodos de trabalho. Nunca é demais dizer, em contrário, que a produção do conhecimento histórico tem passado obrigatoriamente pela reflexão e interpretação da construção historiográfica. Desse modo *Representação e narrativa* configura-se num conjunto de anotações - inicialmente elaboradas a partir de algumas considerações do historiador francês Roger Chartier - sobre o diálogo que os historiadores vem desenvolvendo, dentro da própria disciplina e fora dela, acerca destes dois conceitos importantes na produção historiográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, narrativa, verdade.

Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas (...) O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.<sup>3</sup>

Em resumo, [Cosme] fora dominado por aquela mania de quem conta histórias e nunca sabe se são mais bonitas aquelas que de fato lhe aconteceram e que ao serem recordadas trazem consigo todo um mar de horas passadas, de sentimentos miúdos, tédios, felicidades, incertezas, glórias vãs, náuseas de si próprio, ou então inventadas, em que se corta grosseiramente, e tudo parece fácil, mas depois quanto mais variamos mais nos damos conta de que voltamos a falar de coisas obtidas ou entendidas a partir da realidade.<sup>4</sup>

Poderíamos, enquanto historiadores, nos manter por horas contemplando as afirmações acima. Desconhecendo sua autoria a atribuiríamos a alguns de nossos tantos mestres preocupados com as definições precisas e limites do fazer historiográfico. Contudo não deve causar surpresa o reconhecimento de que as frases foram retiradas de textos ficcionais. No primeiro, Marco Polo descreve a Kublai Khan as cidades do império mongol; na segunda é o irmão de Cosme Chuvasco de Rondó quem narra as peripécias de seu irmão que revoltado com a família passa a viver, desde o final da infância, em cima das árvores sem jamais tocar o solo novamente, nem mesmo quando de sua morte.

Nada demais se pensarmos que muitas de nossas preocupações se assemelham ou são compartilhadas por outras disciplinas das ciências humanas: a narrativa, a representação, a verdade, a imaginação, a articulação entre o particular e o geral, são alguns dos temas/objetos de que se tem ocupado principalmente os historiadores mais diretamente preocupados com a problematização e fundamentação teórica dos estudos históricos. Desse modo, mesmo mantendo um feixe de preocupações similares a de outras disciplinas, com as quais o historiador tem mantido frutífero diálogo – filosofia, antropologia, crítica literária, a psicologia social, a lingüística, inclusive a sociologia – nossa intenção é delimitar, se não um campo de estudos específico, já que as disciplinas citadas se ocupam dos homens e mulheres vivendo em sociedade, uma abordagem específica da ação humana e suas mudanças no tempo e no espaço. Por outro lado, o diálogo que a historiografia mantém com as outras disciplinas e sua fundamentação teórica permite a emergência de um espaço de debate carregado de tensão, pois a apropriação teórica levada a cabo pela historiografia é invasiva.<sup>5</sup> Estamos diante de um duplo movimento de instituição de um *regime de verdade*: primeiro, para dentro da própria disciplina onde as várias abordagens apresentam-se como um modo específico, atualizado e portanto legítimo de construção do conhecimento histórico; depois, com as outras disciplinas onde se encontram em disputas não apenas as verbas para financiamento de pesquisa e publicação de seus resultados, mas também o paradigma, o domínio do campo teórico e dos limites de sua interpretação.

A verdade é deste mundo, dizia Foucault; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outro; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>6</sup>

Diante deste quadro traçado com brevidade e, portanto, bastante reduzido, em relação às problemáticas de investigação historiográfica, este texto se propõe a apreciar o modo como historiadores europeus e americanos têm enfrentado questões como a narrativa, a representação, a verdade, etc. Utilizarei como ponto de partida um artigo do historiador francês, representante da chamada história cultural, Roger Chartier.<sup>7</sup>

Para Chartier a historiografia vive um período de dúvidas e incertezas, tanto no campo teórico, quanto metodológico, para não dizer epistemológico/ontológico. Essa

crise de inteligibilidade provocou, por um lado, a perda da posição federativa da história diante das outras disciplinas das humanidades; de outro, provocou a dispersão e a fragmentação dos temas, abordagens e objetos. O período de crise e incerteza permitiu a percepção de uma diferença fundamental entre o passado e a historiografia, entre os atores do passado e seus intérpretes, entre a memória e a história. Há entre nós historiadores o reconhecimento de que atribuímos significados distintos dos inicialmente pensados e elaborados pelos atores sociais no desempenho de suas ações/papéis. Reconhecemos inclusive que esses atores não têm ciência a respeito das influências exercidas sobre suas práticas por um sistema coercitivo, ao qual eles se adaptam e transformam. Nessa perspectiva, a presença da citação no texto histórico tem um novo sentido: não mais uma demonstração do passado tal como ocorreu, mas a emergência da diferença, do estranhamento.<sup>8</sup>

A perspectiva do estranhamento apontou para o problema fundamental das relações entre as categorias intelectuais objetivas, com as quais os atores históricos organizam e justificam suas ações e as categorias analíticas utilizadas pelos historiadores quando organizam a narrativa histórica. O critério de cientificidade, apoiado no distanciamento entre essas categorias, não pode mais ser aceito: os historiadores tomaram consciência de que a teoria, o método e os conceitos formulados têm historicidade, tornando-se imprescindível àquele que os utiliza refletir e compreender seus processos de produção e seus usos; os historiadores passaram a enfatizar o papel dos atores individuais.

Diante deste quadro, para Chartier a *micro-história* expressa essa mudança salutar no fazer historiográfico, baseada na narrativa dos usos imaginativos das normas e hierarquias. Contudo Chartier identifica uma dificuldade para os estudos micro-históricos (para ele diferente dos estudos monográficos): a articulação entre as ações dos atores individuais com as determinações dos sistemas normativos que constroem essas ações. Superar a oposição entre estrutura e acontecimento segundo ele

exige a construção de novos espaços de investigação, nos quais a própria definição dos delineamentos obrigue a inscrever os pensamentos, as intenções individuais, as vontades pessoais, dentro dos sistemas de coerção coletivos que ao mesmo tempo, os tornem possíveis e os freiem.<sup>9</sup>

Creio que o comentário a respeito dos limites da pesquisa micro-histórica se faz deslocada. Senão, vejamos:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.<sup>10</sup>

Giovani Levi, expondo a crença de que os trabalhos de micro-análise não se reduzem a uma argumentação retórica e estética, afirma:

Seu trabalho [do historiador] tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam. Em outras palavras, uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana. Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais.<sup>11</sup>

A extensa citação é tanto mais necessária na medida em que dois dos mais importantes historiadores da corrente micro-histórica afirmam em seus textos programáticos que uma das principais características no processo de redução de escala, na observação histórica, é basear-se na centralidade do indivíduo sem perder de vista os sistemas aos quais ele se integra. Portanto a crítica de Chartier nesse ponto é deslocada e inconveniente.

Passemos a outros pontos das frutíferas observações do historiador francês. Para ele, essa abordagem que historiciza os conceitos e articula ações individuais com os sistemas coercitivos encontra-se em outros campos da investigação histórica – estudos sobre a cidade, processos educativos, construção dos saberes científicos, etc... – não sendo portanto uma prerrogativa da historiografia. Essa abordagem articuladora coloca em perspectiva o conceito de representação a partir do reconhecimento de que as práticas sociais são determinadas por sistemas coercitivos desconhecidos dos próprios

atores sociais. Parece estar em pauta aqui um conceito de representação que revela o distanciamento inerente entre a ação e a percepção/exposição dessa ação.

Para Chartier a diversidade do conceito de representação permite entrelaçar três grandes realidades (ou níveis de realidade): primeiro, as representações coletivas organizam esquemas de recepção e apropriação, ou seja, o modo como se representa a existência determina a forma como percebe o mundo; segundo, as representações organizam as formas de exibição dos atores e do poder político; terceiro, a representação organiza e apresenta uma identidade e um poder como se estes fossem contínuos e estáveis.

Esse período de crise e de incertezas, do qual falamos anteriormente e que Chartier crê existir, teria provocado nos historiadores um retorno aos arquivos. Tal procedimento nos permitiu uma maior atenção aos textos, deixando de lado a ingenuidade com que as disciplinas vizinhas tratavam o texto e criando condições para a superação das perspectivas estruturalistas e formalistas. Essa perspectiva em relação aos textos ‘canônicos’ se materializou, por exemplo, na história da filosofia e na história da literatura que deixaram de ser campos estanques, textos isolados, com problemas específicos e passaram a ser lidos em função das problemáticas da produção, do suporte e da recepção desses textos, considerando-se então que a linguagem (a escrita) não se reveste de autonomia; que os discursos não podem ser considerados fora de sua materialidade; que a prática da leitura não é universal; a leitura não é um ato intelectual puro estando aberto a múltiplas possibilidades significativas.

Desse modo, para Chartier, a história do texto deve articular o ‘mundo do texto’ com o ‘mundo do leitor’. Uma história do texto que pressupõe a leitura, como afirma o autor:

O ‘mundo do texto’ é um mundo de objetos e performances, cujos dispositivos e regras, ao mesmo tempo, permitem e limitam a produção do sentido. [Por outro lado] o ‘mundo do leitor’ é sempre o da ‘comunidade de interpretação’ à qual pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, normas, usos e interesses. (...) Isso [exige] uma atenção redobrada à materialidade dos textos, à corporalidade social e cultural dos leitores<sup>12</sup>

Há discursos que possuem um lugar específico de representação e se constituem por uma distância em relação aos discursos e práticas comuns. Torna-se necessário então a historicização das produções estéticas (estabelecer suas fronteiras em relação ao tempo/espaço). Por meio dela torna-se possível o questionamento das relações entre a obra e o mundo social. Ou seja: diante deste tipo de discurso deve-se fazer um trabalho

sobre as distâncias: primeiro, as distâncias entre as representações da ficção e as da realidade social; segundo, as distâncias entre os significados e as interpretações que se pretende atribuir e as apropriações plurais que se constituem sobre e a partir da escrita; terceiro, as distâncias entre as formas de inscrição, transmissão e recepção.

Enfim, para Chartier, a *história cultural* – diferente da micro-história – pressupõe um processo de construção de sentido carregado de tensão. Um campo de luta entre as representações de si e do outro, onde o poder político e a identidade social se afirmam ou são rejeitados.<sup>13</sup>

O que nos interessa mais diretamente é a sua noção de representação colocada em relevo. Os atores sociais não controlam a totalidade de suas ações, não têm consciência dos limites que lhes são impostos pelos sistemas coercitivos, portanto somente podem registrar ou permitir que se registre as representações de suas ações e não exatamente as ações. Por extensão, se esses registros são o material do qual o historiador pode dispor, partindo de representações ele apenas pode criar representações e não mais reconstituir as ações do passado tal como ocorreram, como pretendeu a chamada escola metódica.

Se a noção de representação é aceita entre muitos de nós, há uma razoável distância entre os significados sugeridos pela expressão e sua aplicação aos estudos históricos. Ciro Flamarion Cardoso, importante historiador brasileiro, parece ter assumido entre nós o posto de crítico contundente da corrente historiográfica chamada história cultural, que para ele está vinculada ao paradigma pós-moderno e justamente por isso ele a classifica de conservadora e reacionária. Em texto publicado em 2000, *Introdução: uma opinião sobre as representações sociais*<sup>14</sup>, Cardoso se dedicará à análise do conceito de representação social, o modo como ele aparece dentro da chamada nova história cultural e principalmente como o historiador Roger Chartier opera a partir deste conceito. Para Cardoso “a noção de *representação social* pode ser útil em muitos de seus usos e conceituações.”<sup>15</sup> Entretanto, quando é transformada na medida de todas as coisas termina por encarnar formas de idealismo que acreditam que o nome cria o mundo. Eis o que afirma Chartier: “A relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais para com suas determinações sociais. As próprias representações do mundo social é que são os elementos constitutivos da realidade social.”<sup>16</sup> Para Cardoso esta seria uma demonstração do distanciamento da história cultural em relação ao paradigma iluminista, onde se “inverte os pressupostos estruturais e explicativos” formulados pelas correntes marxistas e dos Annales,

representantes deste paradigma, e considera-se que “a realidade é construída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social.”<sup>17</sup>

Cardoso reconhece que existem várias posições diferentes, quando não divergentes, dentro dessa nova história cultural. Ele procura também destacar as influências declaradas de Chartier – Bourdieu, Elias –, suas ambigüidades nas várias formulações da noção de representação e, por fim, sugere que a proposta de Chartier procura impor sobre os estudos históricos uma tirania do cultural (Cardoso se utiliza das críticas de Lynn Hunt, Ronaldo Vainfas e Peter Burke, para destacar a unilateralidade como principal característica do programa de Chartier).

Por último, vale destacar que Cardoso sugere um diálogo mais intenso, em torno da noção de representação, com a psicologia social que, na sua percepção, ao formulá-lo, não extingue a existência do mundo material, dos objetos concretos aos quais as representações construídas se referem. Entre os psicólogos sociais “insiste-se em que qualquer representação mental constitui, *sempre*, uma entidade cognitiva elaborada no sistema mental do indivíduo, e que tem como referente alguma porção do universo (físico, social, ideal) exterior ao próprio sistema mental.”<sup>18</sup>

Ainda em torno do conceito de representação podemos fazer referência a E. P. Thompson, historiador inglês, expoente do marxismo revisionista. Ao analisar a Inglaterra do século XVIII e as manifestações de sua cultura popular, Thompson introduz a noção de teatro e contra-teatro, como fundamentais na manutenção de uma hegemonia cultural por parte dos patrícios ante aos plebeus. Eram representações carregadas de artificialidade, “antes gestos e posturas que responsabilidades reais”.<sup>19</sup> O teatro da *gentry* fazia dos pobres cúmplices de sua própria opressão. Por outro lado, as exigências de reciprocidade mantinham-se, algo que permitia aos pobres engendrar o seu contra-teatro, por ameaças de sedição, ação direta rápida e anônima.<sup>20</sup> Nota-se, portanto, que a teatralidade é um componente, uma dimensão decisiva do ‘real’ e não exatamente o meio pelo qual este se constitui.

É conveniente voltarmos nossa atenção, por um instante, para um alerta de Pierre Vilar em relação à sobreposição das representações. Narrando uma experiência com seus alunos quando de um seminário sobre a guerra civil espanhola, Vilar nota que a palavra *guernica* remete tão somente ao quadro de Picasso, obra que é a representação do trágico bombardeio de uma cidade. O acontecimento que o gerou caiu no esquecimento. “Guernica tornou-se a representação de um fato preciso. O fato preciso

está esquecido, a representação continua.”<sup>21</sup> Antes do espanto e da rápida aceitação do alerta do célebre historiador francês, é válido considerar que a significação não se institui permanentemente. Seria também um atributo do historiador narrar, explicando, o processo de construção de uma nova significação dessa mesma imagem, pois ela ficou, mas, os homens e o tempo são outros.

Passemos então a mais um ponto de nosso interesse – a narrativa – e que aparece no texto comentado também como uma das preocupações de Chartier. O retorno ao arquivo teria proporcionado ao historiador a percepção de que sua escrita pertence ao gênero da narração. Segundo ele, nós, os historiadores, tentamos em vão escapar dessa constatação, desde os metódicos do final do século XIX, até os Annales por volta da década de 70 do século XX. Langlois e Seignobos, por exemplo, no final do século XIX, condenavam os arroubos literários dos historiadores. Eles afirmavam: “Como o historiador tinha em mira agradar ou instruir, ou agradar e instruir, ao mesmo tempo, a história era um gênero literário, ninguém manifestava grande escrúpulo em relação às provas.”<sup>22</sup> Há aí uma distinção, ao menos indireta, entre história (ciência) e a literatura (narração) sendo que esta última se desobriga a demonstrar seus procedimentos e o elenco de provas que lhes permite afirmar. Diziam mais os seguidores de Ranke:

Há cinquenta anos, mais ou menos, é que se desembaraçaram e constituíram as formas científicas de exposição histórica, em harmonia com a concepção geral de que a finalidade da história não é agradar nem estabelecer normas práticas de conduta, nem comover, mas simplesmente saber.<sup>23</sup>

A ‘nova história’ substitui os heróis, os grandes personagens, pelas abstrações, entidades explicativas. Apesar da recusa, afirma Chartier, constatamos que a história faz – e sempre fez – uso das fórmulas que governam a produção das narrações. Quais sejam: primeiro, ‘personagem principal’ centralizando a escrita; segundo, a dependência do tempo subjetivo; terceiro, a lógica da imputação causal.

Se a história é e sempre foi narração, é inadequado afirmar, em nosso tempo, a tendência de um retorno à narrativa. Mais adequado seria falarmos em formas de narração. Por outro lado, torna-se necessário identificar as propriedades discursivas específicas, em resumo, o que faz da escrita da história uma narrativa distinta da ficcional. Para Chartier o que o discurso historiográfico traz em si é constituído dos próprios materiais a partir dos quais pretende produzir uma compreensão; além disso,

ele seria um discurso crível, em forma específica, pela demonstração das ‘provas’ – citações, notas, etc. – que garantem o ‘estatuto de conhecimento verdadeiro.’<sup>24</sup>

Contudo o reconhecimento da história enquanto narrativa esteve vedada pela ‘epistemologia da coincidência’: pensava-se (como Langlois e Seignobos, mas não apenas) que o discurso histórico restituía os acontecimentos históricos. Essa percepção impediu que se refletisse sobre os traços comuns entre as narrativas várias, incluindo a histórica e a especificidade/singularidade dessa narrativa. Para Chartier tal procedimento permitiu ataques depreciativos ao trabalho do historiador, ataques que procuravam demonstrar a inexistência de uma fronteira entre a narrativa ficcional e a histórica. Segundo Hayden White, por exemplo, não haveria diferença entre essas modalidades narrativas, ambas seriam produzidas a partir de conteúdos inventados e descobertos.<sup>25</sup>

Para Hayden White e sua meta-história, o documento não determinaria o significado da narrativa e sua distinção com outras formas. A distinção entre história e ficção se revelaria na forma. E ainda se a história carece de um regime de verdade próprio ela não deixa, contudo, de ter valor enquanto conhecimento, pois a ficção também o é. Contudo torna-se necessário que o historiador se conscientize de que a explicação histórica possui componentes históricos e artísticos. Desse modo, o julgamento da explicação histórica não se daria mais pela proximidade ou distanciamento entre o verídico e o inverossímil, mas única e exclusivamente pela riqueza das metáforas que regem a narrativa.

Assim encarada, a metáfora que rege o relato histórico poderia ser tratada como uma norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência. Assim, o historiador que opera segundo essa concepção poderia ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista moderno, busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como um meio entre muitos de revelar certos aspectos desse campo.<sup>26</sup>

Assim, a escolha do estilo adequado para a representação de uma experiência, seja ela interior ou exterior, assegura por si só a consistência interna da representação, e ao mesmo tempo permite ao leitor ligar a representação à coisa representada. Ainda para White, o historiador deveria reconhecer a irrelevância do passado. O fardo do historiador seria o de justamente livrar a sociedade (humanidade) do fardo do passado, instituindo assim uma ‘consciência histórica pura’.<sup>27</sup>

Chartier se coloca frontalmente contra essa (im)postura de White, afirmando que para haver conhecimento, para a construção do conhecimento, é necessário a intencionalidade. Esta por sua vez permite a elaboração dos procedimentos e operações que permitem ao historiador afirmar que, apesar de sua escrita, ele não faz literatura. O historiador traz consigo uma dupla dependência: primeiro, ao arquivo; segundo, à cientificidade e à identidade de ofício.

Para Chartier uma das maneiras de enfrentar análises como as de White é reafirmando o caráter objetivo do conhecimento histórico. Citando três historiadoras norte-americanas, Chartier reconhece que essa objetividade advogada adviria da capacidade de estabelecer, determinar, e separar as proposições válidas das que não são. Para Paul Ricoeur a objetividade adviria do compartilhar, entre o historiador e o passado, de um mesmo campo temporal; e também por historiadores e atores históricos compartilharem práticas e experiências.

Mesmo assim, Chartier acha que essas observações em prol da distinção entre a narrativa histórica e ficcional são insuficientes para se atribuir à história “o estatuto de um saber verdadeiro.”<sup>28</sup> Recorrendo a Michel De Certeau, Chartier relembra que tanto a narrativa histórica quanto a ficcional, sofrem intervenções do lugar social, das instituições, e mesmo das regras de escrita. Contudo é a narrativa histórica que ao se configurar produz um corpo de enunciados científicos. Ou seja: ‘regras’ que permitem controlar ‘operações’ de ‘produção’ de seus objetos.<sup>29</sup>

Ao fim do texto Chartier coloca ainda um problema: se não há coincidência entre o real e o conhecimento que se obtém de sua observação; se não há coincidência entre o passado e o discurso que o enuncia, qual a coerência, plausibilidade e explicação que a operação histórica pode oferecer sobre seus objetos? Ele mesmo afirma que a resposta é difícil, mas em tempos de incerteza, deveríamos reconhecer que é próprio da produção historiográfica esse distanciamento, essa separação e porque não essa incompatibilidade entre o real e o discurso que o enuncia.

Suscita entre nós debates intensos, essa relação entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Alguns historiadores, nas décadas finais do século XX, se ocuparam da problemática distinção entre história e ficção.

Paul Veyne, por exemplo, não tratando especificamente da distinção que aqui se delineia, mostrou a necessidade de o historiador operar por meio de conceitos, considerando que se os mesmos apresentam-se enquanto convenções limitadoras da leitura do passado, ao mesmo tempo permitem um aperfeiçoamento de nossa percepção.

Sem os conceitos nada se vê. Sem os conceitos faz-se apenas história narrativa. A historiografia além de narrativa precisa explicar para ser científica. O historiador é, portanto, aquele que narra e explica, “a história define-se como o inventário explicativo do que há de social no homem, das diferenças que apresenta este aspecto social.”<sup>30</sup> Veyne em outro texto afirma que a

história é uma narrativa de eventos. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese narrativa é tão espontânea quanto a de nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos.<sup>31</sup>

Contudo, se o trabalho de composição da narrativa do historiador assemelha-se ao do literato, Veyne relembra uma distinção fundamental:

(...) uma história que tenha a pretensão de ser cativante não consegue ser mais do que um pasticho. Mas o historiador, esse, não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade.<sup>32</sup>

Assim como Veyne, Peter Gay apoia-se na distinção entre o trabalho do historiador e do literato. Para ele “a narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta”. O estilo empregado por historiadores e romancistas para exporem suas verdades e ficções apresenta semelhanças notáveis. Por outro lado, a verdade não seria uma característica distintiva muito segura, já que para o historiador ela se apresenta como obrigação e para o romancista ela está presente como pretensão. Contudo, a verdade da ficção e a verdade da história são de naturezas distintas. Para Gay a “verdade é um instrumento opcional da ficção e não sua finalidade essencial”.<sup>33</sup> Outra característica distintiva diz respeito à liberdade de que desfruta a narrativa literária ainda que o elemento de coincidência não possa atuar exclusivamente. Os leitores de ficção tendem a suspender a dúvida (da verdade) em favor da invenção do escritor. Por último, a arte, ao contrário da história, teria a prerrogativa de inventar um mundo novo e não uma ‘cópia’ do mundo existente. Colocando-se contra uma epistemologia cética influenciada por uma metafísica relativista, Gay garante que reconhecer a interferência da subjetividade na construção da narrativa histórica não significa abrir mão do caráter objetivo do conhecimento histórico como imaginava Carr. Se subjetividade pode provocar cegueira e distorções na imagem, podem proporcionar igualmente uma visão clara das ações passadas que a outros historiadores não foi

possível por despreparo ou indiferença. “A paixão, famosa como ameaça mais prejudicial do historiador, pode se tornar seu bem mais precioso”.<sup>34</sup>

Apoiando-se na psicologia moderna Gay considera que a percepção faz parte da pessoa em sua totalidade; a equiparação entre motivação e distorção é ilegítima. Dessa maneira, à medida que o historiador exercita seus sentidos e seu aparato conceitual, à medida que se ergue e passa do âmbito do princípio do prazer para a atmosfera austera do princípio da realidade “o que ele vê e o que existe passam a coincidir de maneira cada vez mais próxima”.<sup>35</sup> Ou seja: a percepção que o indivíduo tem do mundo não está fora dele e nem sempre apenas o permite construir uma representação distorcida da realidade. Por outro lado, mesmo se a percepção é fidedigna/fiel ela não pode ser acusada de subjetiva já que ela não pode ser outra coisa e também não pode deixar de ser objetiva. Se a história é uma disciplina interpretativa ela possui meios internos e externos de controlar os procedimentos de reconstrução do passado.

Krzysztof Pomian, em seu *Sobre a história*<sup>36</sup> também chama a atenção para a distinção entre a história e a ficção; contudo, ele procura uma perspectiva que lhe permita mostrar como esses estilos narrativos se influenciam mutuamente. Para ele, a história é uma disciplina científica que separa fatos e ficções. Contudo, ela não é exclusivamente científica. Ou seja: ela não é capaz de se livrar das interferências da ficção na constituição da narrativa histórica. Essa ocorrência não desqualifica a história enquanto conhecimento cientificamente válido, por uma simples razão: não existe conhecimento puro, não há quem possa prescindir da imaginação/ficção, seja no seu processo de experimentação, seja no desenvolvimento de suas formas expositivas. Desse modo, Pomian toma como semelhante todo conhecimento humanamente/cientificamente produzido em razão da interferência do elemento ficcional.

Pomian procura determinar então qual o lugar da ficção na narrativa histórica. Até aqui o universo do fabuloso foi sempre considerado como não pertencendo ao mundo real. Ao contrário, para Pomian o romance, em especial o romance histórico, é dependente da narrativa histórica para se fazer inteligível. Vale destacar que mesmo no caso do romance histórico, o fato de se apropriar do discurso historiográfico não o retira do gênero literário ficcional. Mesmo pertencendo à ficção o romance não se reduz a ela, “pois nele a imaginação criadora coabita quase sempre com o conhecimento, a ficção com a realidade, a invenção com a verdade (...)” Isso implica que não se pode falar de uma dada realidade sem o conhecimento que garante sua emergência. Disso resulta ser

imprescindível à fábula a presença da história; a imaginação precisa conhecer; a ficção carece do verdadeiro. Para ele não seria exagerado dizer que a ficção não sobreviveria sem a história (o conhecimento e a consciência histórica). E a história, sobreviveria sem a ficção? Antes de responder a essa pergunta, Pomian procura estabelecer uma distinção mais clara entre a narrativa histórica e a ficcional. Para ele a narrativa histórica possui signos, elementos ou fórmulas que objetivam “conduzir o leitor para fora do texto”<sup>37</sup>, algo que as narrativas ficcionais não conseguem fazer. A esses signos, elementos e fórmulas, Pomian denomina como marcas de historicidade. Essas marcas estariam sempre expostas à verificação dos procedimentos que a instauraram.

Considera-se histórica uma narrativa quando ela apresenta marcas de historicidade que certificam a intenção do autor de permitir ao leitor que saia do texto, e quando essas marcas programam as operações supostamente aptas a permitir a verificação das alegações feitas ou a reprodução dos atos cognitivos dos quais tais alegações são a finalização. Em suma: uma narrativa é considerada histórica quando exhibe a intenção de submeter-se a um controle de sua adequação à realidade extra-textual do passado do qual ela trata.

Por fim, Pomian afirma que a ficção entra na narrativa histórica em face dos três ‘defeitos’ com os quais o passado se apresenta ao conhecimento histórico: *fragmentário, lacunar e descontextualizado*. A imaginação, portanto, seria a única atividade capaz de preencher as lacunas dos vestígios que restaram. “(...) a aparência visível reconstruída de um objeto comporta sempre uma parte de ficção.”<sup>38</sup> Desse modo, a ficção desempenharia um papel heurístico na construção do conhecimento histórico.

Os prolongamentos ou as variações imaginárias dos dados do conhecimento engendram novas questões, conduzem a questionar os conhecimentos adquiridos, anteriormente incontestáveis e suscitam controvérsias que podem se revelar profícuas. Em todos esses casos, podem ocorrer um impulso à pesquisa de novos fatos que darão origem, assim, a novas constatações, válidas porque obtidas por meio de procedimentos de reprodução, mas geneticamente devedores das ficções.<sup>39</sup>

Percebo que um dos elementos importantes nesta discussão sobre a representação e a narrativa, as relações da historiografia com a narrativa ficcional, a capacidade do historiador em reconstruir a realidade, envolvem o problema da verdade. Ingenuamente sempre procurei, no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa histórica, passar ao largo desta questão que me parecia excessivamente metafísica. Um pouco tardiamente me dei conta de que seria um erro reduzir a questão de maneira tão drástica.

O livro de Vidal-Naquet<sup>40</sup> deixa-nos em estado de alerta. Não se trata exclusivamente de uma contraposição à construção da mentira pela manipulação das informações, numa prática metodológica não reconhecida pelos seus pares. Historiadores e filósofos que se ocupam mais detidamente desta discussão procuram fazê-lo através da explicitação da relação entre sujeito e objeto do conhecimento<sup>41</sup>, e pela diferenciação entre uma historiografia antiga e moderna. A primeira, de princípios mais retóricos, a segunda com ‘efeitos de verdade’ baseados na citação e nas condições concretas de comprovação das considerações produzidas pelo historiador.<sup>42</sup>

Importante destacar, para tentar concluir este texto, é que ainda há entre os historiadores a crença justificada, e da qual compartilho, na distinção entre história e ficção. Muitos parecem reconhecer o discurso histórico enquanto narrativo, com possibilidades de verificação dos procedimentos que permitiram a construção daquela narrativa. A interferência da subjetividade não anula previamente a exigência da objetividade que se coloca sobre o historiador e o conhecimento que ele produz. A veracidade ou plausibilidade da narrativa histórica está no arquivo, nos documentos coligidos e criticados na instituição ou lugar de sua produção que a sanciona ou interdita, e não nas metáforas que organizam as narrativas, portanto, a verdade está tanto dentro do texto, quanto fora dele. Ela é desse mundo. E por fim, as considerações do historiador são tanto mais explicativas e inteligíveis na medida em que ele mantém um incessante diálogo e um trabalho constante de significação com a teoria social.<sup>43</sup>

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado originalmente como trabalho final da disciplina *Seminário Avançado em Estudos Dirigidos*, ministrada pela Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, durante o primeiro semestre de 2004, no Programa de Pós-Graduação em História da UNB, a quem agradeço pelas críticas, comentários e a sugestão de envio para publicação.

<sup>2</sup> O autor é mestre em História pela PUC/SP e doutorando em História Social pela UNB. É membro do NIESC/UFG-CAC.

<sup>3</sup> CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 17-18.

<sup>4</sup> CALVINO, Ítalo. *O barão nas árvores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 143.

<sup>5</sup> A historiadora Ângela Gomes afirma que nesta apropriação teórica o historiador não é nem muito fiel, nem muito fértil. Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Questões de Teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p. 19-26.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. A verdade e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 12. Ver também DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.) *História: novos problemas*. p. 17-48.

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 115-140.

<sup>8</sup> Idem, p. 118.

<sup>9</sup> Idem, p. 120.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

<sup>11</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 135 e ss. Ver também: VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 126

<sup>13</sup> Idem. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 126.

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA, Jurandir. (org) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papyrus, 2000, p. 9-39.

<sup>15</sup> Idem, p. 10.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. Text, symbols, and frenchness. *Journal of Modern History*, n. 57, p. 682-695.

<sup>17</sup> CARDOSO. *Op.cit.* p. 11

<sup>18</sup> Idem, p. 24.

<sup>19</sup> THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.

<sup>20</sup> “A reciprocidade [nesse campo de força societal] dessas relações sublinha a importância das expressões simbólicas de hegemonia e protesto no século XVIII. É por isso que tenho chamado tanto a atenção para a noção de teatro. Claro, toda sociedade tem seu próprio tipo de teatro. Grande parte da vida política das sociedades contemporâneas só pode ser compreendida como uma luta pela autoridade simbólica. Mas estou indo além da afirmação de que as lutas simbólicas do século XVIII eram peculiares à época e exigem mais estudo. Acho que o simbolismo nesse século tinha uma importância peculiar devido à fraqueza de outros órgãos de controle: a autoridade da Igreja estava morrendo, e a autoridade da escola e dos meios de comunicação de massa ainda não surgira. A gentry tinha quatro meios principais de controle – um sistema de influência e promoção que mal comportava os pobres rejeitados, a majestade e o terror da lei, o exercício local de favores e caridade, e o simbolismo de sua hegemonia. Isso representava, às vezes, um equilíbrio social delicado, em que os governantes eram obrigados a fazer concessões. Por isso, a briga pela autoridade simbólica pode ser vista, não como um modo de representar brigas ‘reais’ inconfessadas, mas uma briga real em si.” Cf. THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>21</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 30.

<sup>22</sup> LANGLOIS, Ch.; V. SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944, p. 208.

<sup>23</sup> Idem, p. 212.

<sup>24</sup> CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>25</sup> WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 98.

<sup>26</sup> WHITE. O fardo da história. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso*, p. 59.

<sup>27</sup> Idem, p. 63.

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 138

<sup>29</sup> DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.) *História: novos problemas*. p. 17-48.

<sup>30</sup> VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

<sup>31</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Edunb, 1998, p. 18.

<sup>32</sup> Idem, p. 23.

<sup>33</sup> GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.171.

<sup>34</sup> Idem, p. 172.

<sup>35</sup> Idem, p. 179.

<sup>36</sup> POMIAN, Krzysztof. *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999. A tradução informal deste texto foi distribuído entre os alunos da pós-graduação da PUC/SP pela professora Marina Maluf.

<sup>37</sup> Idem, p. 29.

---

<sup>38</sup>Idem, p. 68. Vejo aqui uma dificuldade em submeter a imaginação a um papel tão reduzido de preencher lacunas. A imaginação é um dos elementos constitutivos da memória social. Desse modo, ela institui tanto o acontecer humano, quanto sua narrativa. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 178 e segs.

<sup>39</sup>POMIAN. *Op. Cit*, p. 82.

<sup>40</sup>VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória*. Campinas/SP: Papirus, 1988

<sup>41</sup>REIS, José Carlos. História e verdade: posições. In: \_\_\_\_\_. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 147-178.

<sup>42</sup>GINSBURG, Carlo. Apontar e citar. A verdade da história. In: *Revista de História*, Campinas, Unicamp, n. 2/3, p. 91-106, 1991

<sup>43</sup>BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 1998. Ver também: BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, Educ, p. 57-76, 1981; CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procuram-se Amas de leite na historiografia da escravidão: da 'suavidade do leite preto' ao 'fardo' do homem branco. In: *Em tempo de Histórias: Repensando o conhecimento histórico. Revista dos alunos da pós-graduação UNB*. Brasília, v. 5, n. 5, p. 29-64, 2001.